

Arquivo do Senado Federal



Senado premia amanhã quatro empresários de destaque

Diploma José Ermírio de Moraes (foto), que será entregue anualmente, valoriza os que contribuem para o desenvolvimento econômico e social. **2**



Gerardo Magela

MP das carreiras e projetos do pré-sal têm prioridade **2**

Amorim (E), com o senador Eduardo Azeredo, presidente da CRE: chanceler virá debater o polêmico acordo assinado com Irã e Turquia

Amorim debate acordo do Brasil com Irã e Turquia

O próprio ministro das Relações Exteriores sugeriu a sua participação em audiência pública na CRE que analisa posição brasileira em relação ao programa nuclear iraniano

Comissão vota dedução no IR de despesas com aluguel

Dois projetos que preveem a dedução, na base de cálculo do Imposto de Renda, dos gastos com aluguel de imóveis podem ser votados na Comissão de Constituição e Justiça. **3**

O chanceler Celso Amorim comparece a um debate na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional amanhã, às 14h30, para explicar aos senadores a posição brasileira em relação ao programa nuclear iraniano, criticado por várias

potências do mundo. O governo brasileiro negociou e assinou, no último dia 17, um acordo com o Irã e a Turquia, prevendo o enriquecimento de urânio para fins pacíficos. Amorim e o presidente Lula asseguram que o acordo é passo importante para evitar que o Irã produza urânio com propó-

sitos bélicos, mas os Estados Unidos e outros integrantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas ainda querem impor sanções ao país. A polêmica em torno do acordo repercutiu no Plenário do Senado nos últimos dias, com discursos favoráveis e contrários. **3**



Serys: proteção aos corais e recuperação de áreas de pesca

Adelmir diz que nem disque-denúncia da polícia ajuda cidadãos

Traficantes usam pequenos rios da Amazônia, alerta Mozarildo

Serys discute como proteger os oceanos

Senadora participa, no próximo final de semana, em Londres, com o senador Cícero Lucena, de um encontro internacional de

parlamentares que buscam fórmulas para ajudar na proteção e recuperação dos biomas marinhos do mundo. **4**

Adelmir denuncia poluição sonora no DF

Para o senador do Distrito Federal, a cidade precisa de maior fiscalização contra os abusos praticados todas as noites em áreas

residenciais. Ele lembrou episódio em que morador foi reclamar de barulho e acabou sendo espancado por baderneiros. **4**

Mozarildo vê Roraima na rota de traficantes

O estado no extremo norte estaria sendo usado como entrada da cocaína produzida na Bolívia e na Colômbia. Para

burlar o Sivam (vigilância do tráfego aéreo), diz o senador, traficantes trazem a droga em pequenos barcos. **4**

J. Freitas

J. Freitas

J. Freitas

Premiação anual foi criada para homenagear empresários e empresas que prestaram importante contribuição ao desenvolvimento econômico e social do Brasil

Senado entrega o Diploma José Ermírio de Moraes

O SENADO FAZ uma sessão especial amanhã, às 10h, para conceder pela primeira vez o Diploma José Ermírio de Moraes, que a Casa passará a entregar anualmente a empresários ou companhias que tenham prestado relevante contribuição ao desenvolvimento econômico e social do país.

Nesta primeira edição, receberão o diploma o vice-presidente da República, ex-senador e empresário José Alencar, e os empresários Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau) e João Claudino Fernandes (Grupo Claudino, conglomerado de empresas no Nordeste). Será feita ainda uma homenagem pós-

ma ao empresário José Mindlin, que faleceu em fevereiro.

Presidido pelo senador João Tenório (PSDB-AL), o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes tem como vice-presidente o senador Francisco Dornelles (PP-RJ), além de contar com outros 11 senadores.

José Ermírio de Moraes, que dá nome ao diploma, é pai do também empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim. Ele nasceu em Nazaré da Mata (PE), em 21 de janeiro de 1900, e faleceu em São Paulo, em 9 de agosto de 1973.

Filho de donos de engenho no Nordeste, José Ermírio formou-se em Engenharia nos Estados

Unidos. Voltando ao Brasil, foi trabalhar no maior complexo industrial de tecelagem do país, localizado em Sorocaba (SP) – a Sociedade Anônima Fábrica Votorantim –, do industrial português Antônio Pereira Ignácio.

José Ermírio casou-se com a filha de Ignácio, Helena, e, sob sua administração, o negócio cresceu e se diversificou, tornando-se o atual Grupo Votorantim, que atua nas áreas de cimento, celulose e papel, alumínio, zinco e níquel, entre outros. Já como um dos maiores empresários do país, elegeu-se senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cargo que exerceu de 1963 a 1971.



Gabinete do Senador

João Claudino Fernandes nasceu em Cajazeiras (PB) e completa 80 anos em junho. Comanda um conglomerado com atuação em vários setores econômicos. É casado e pai de cinco filhos, entre os quais o senador João Vicente Claudino (PTB-PI). Em 1958, inaugurou a primeira loja do Armazém Paraíba, uma das maiores redes de varejo do Brasil.



J. Freitas/ABR

José Mindlin nasceu em São Paulo (8/9/1914) e faleceu em 28 de fevereiro passado. Filho de judeus ucranianos, formou-se em Direito e exerceu a profissão de advogado, além de ter sido empresário e bibliófilo. Fundou a Metal Leve, empresa de tecnologia de ponta que se tornou forte no setor de peças para automóveis.



Moreira Matiz

Jorge Gerdau Johannpeter nasceu no Rio de Janeiro (8/12/1936), mas cresceu e estudou em Porto Alegre. Desde jovem, atuou nas empresas da família e assumiu a presidência do Grupo Gerdau em 1983, contribuindo para que o conglomerado se tornasse um dos maiores do Brasil, com atuação também em outros 13 países.



Domingos Indeu/PR

José Alencar Gomes da Silva, vice-presidente da República, mineiro de Muriaé (17/10/1931), foi senador por Minas Gerais e é um dos maiores empresários daquele estado, onde fundou a Coteminas, sua principal empresa, que atua no ramo têxtil. Começou a trabalhar aos 7 anos de idade, ajudando o pai em sua loja.

MP das carreiras e projetos do pré-sal trancam pauta

A pauta do Plenário permanece trancada pela Medida Provisória (MP) 479/09, que reestrutura as carreiras do serviço público federal, e pelos quatro projetos do Executivo que tratam do novo marco regulatório de exploração do petróleo na área do pré-sal, que continuam tramitando em regime de urgência.

Transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/10, a MP 479/09 perderá a validade amanhã, caso não seja votada até lá. Já os quatro projetos do pré-sal só dependem de acordos entre os partidos para serem votados. São eles: PLC 309/09, que cria a Petro-Sal e recebeu nove emendas no Senado; PLC 7/10, que cria o Fundo Social, com 12 emendas; PLC 8/10, com regras para a capitalização da Petrobras e cinco emendas; e PLC 16/10, que trata dos royalties e do regime de partilha, com 54 emendas.

Polícia legislativa ouve servidoras sobre denúncia

O depoimento das servidoras do Senado Mônica da Conceição Bicalho e Kátia Regina Bicalho – acusadas de serem as mentoras da contratação das irmãs Kelriany e Kelly Nascimento da Silva pelo gabinete do senador Efraim Morais (DEM-PB) sem que tivessem conhecimento do fato – foi adiado para hoje. Anteriormente marcado para a última quinta-feira, o depoimento foi adiado a pedido dos advogados de defesa das irmãs Bicalho, que solicitaram mais tempo para a análise dos autos do inquérito aberto pela polícia legislativa do Senado sobre o caso.

A denúncia de que Kelriany e Kelly seriam funcionárias fantasmas partiu delas próprias. Kelriany contou à imprensa ter descoberto que era funcionária do Senado ao tentar abrir uma conta bancária. Seu salário seria de R\$ 3,8 mil por mês e ela já teria alcançado uma promoção.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão de hoje, não deliberativa, é dedicada a comunicados da Mesa e a pronunciamentos, não havendo votação de matérias.

CI Formação de pessoal no setor aeronáutico

18h A Comissão de Serviços de Infraestrutura discute, em audiência pública, a formação e a capacitação de recursos humanos no setor aeronáutico e em transportes aquaviários. O tema faz parte do ciclo de debates Agenda 2009 – 2015: Recursos Humanos para Inovação e Competitividade.

Terça-feira

CRA Zoneamento agroecológico da cana

9h30 Audiência na Comissão de Agricultura sobre o projeto de zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, com a participação do engenheiro da Embrapa João Vila e do presidente-executivo do sindicato das indústrias de álcool de Goiás, André Luiz Baptista Rocha, entre outros.

CMA Isenção para aparelho de dessalinização

9h30 Projeto que prevê isenção de IPI para aparelhos de dessalinização de água será debatido em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Foram convidados, entre outros, representantes dos ministérios do Meio Ambiente, da Integração e da Fazenda.

CAE Nova Lei do Saneamento

10h A Comissão de Assuntos Econômicos discute a nova Lei do Saneamento com o secretário de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar da Cunha Tiscoski, e o superintendente de Saneamento e Infraestrutura da Caixa Econômica Federal, Rogério Tavares, entre outros.

CAS Necessidades dos portadores de psoríase

10h As necessidades dos portadores de psoríase são tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais. Deverá participar, entre outros, o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame.

CRE Programa nuclear do Irã

14h30 O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, vai falar à Comissão de Relações Exteriores sobre o programa nuclear do Irã.

Subcomissão Impacto de Belo Monte na economia

14h30 A Subcomissão para Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte, que será construída no rio Xingu, realiza duas audiências públicas: uma sobre a situação do setor elétrico brasileiro e outra sobre o impacto da hidrelétrica na economia nacional.

Quarta-feira

CCT Prorrogação de contratos dos Correios

8h30 Na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, proposta que prorroga os contratos entre os Correios e agências franqueadas, além de autorização para rádios. Em seguida, audiência pública para ouvir Jarbas José Valente, do Conselho Diretor da Anatel.

Reunião conjunta Mudanças na Lei Pelé

9h30 Proposta que altera a Lei Pelé será analisada em reunião conjunta de quatro comissões: CCJ, CAE, CAS e CE. Depois, a Comissão de Constituição e Justiça analisa, entre outras matérias, projeto que altera o Código Eleitoral para suprimir restrição ao eleitor que deixar de votar.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata
Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Adelmir Santana

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvio Burl

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Relator Marconi Perillo quer corrigir "alguns excessos" de reformas

CCJ volta a discutir a aposentadoria integral dos juízes

A proposta de emenda à Constituição que restabelece a aposentadoria com valor integral para juízes e integrantes do Ministério Público, entre outras carreiras, deverá ser examinada nesta quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto substitutivo elaborado pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO) foi lido na última reunião de abril, mas o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu vista e apresentou agora voto em separado, pela rejeição da matéria.

O valor integral das aposentadorias e das pensões, como havia sido estabelecido pela Constituição de 1988, caiu dez anos depois, com a aprovação da Emenda Constitucional 20, que reformulou o regime das aposentadorias de todos os servidores públicos.

A proposta (PEC 46/08), que também precisa passar por votação em dois turnos do Plenário e também pela Câmara dos Deputados, estende o benefício da integralidade aos integrantes da Defensoria Pública e da Advocacia-Geral da União, e aos procuradores dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

No parecer sobre a proposta, apresentada pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o relator afirma que o objetivo é corrigir "alguns excessos" das reformas previdenciárias, especialmente no que se relaciona às aposentadorias dos magistrados – com paridade para as pensões.

Assim como Azeredo, Marconi Perillo argumenta que não se pode ferir o princípio constitucional da irredutibilidade dos ganhos dos juízes, uma das garantias da independência do Poder Judiciário. Ao justificar a inclusão do Ministério Público, ele diz que seus integrantes desfrutaram das mesmas garantias constitucionais dos magistrados.

Ideia de reunir senadores da Comissão de Relações Exteriores para esclarecer a posição brasileira em relação ao programa nuclear iraniano partiu do próprio chanceler. Presidente da CRE é crítico da política adotada por Lula

Celso Amorim debate amanhã em comissão acordo com Irã e Turquia

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Celso Amorim, será ouvido amanhã pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) sobre a posição brasileira em relação ao programa nuclear do Irã. Em audiência pública, será discutido o papel do Brasil no acordo negociado com a Turquia e o Irã sobre a produção de urânio enriquecido.

O próprio ministro Celso Amorim sugeriu o debate, formalizado por requerimento do senador João Tenório (PSDB-AL). O presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que se diz preocupado com a aproximação do Brasil com o Irã, providenciou então a convocação de todos os integrantes da comissão para a audiência pública, prevista para as 14h30 de amanhã.

Azeredo tem dito que o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, exibe um histórico pouco confiável, demonstrado no fato de que já quebrou acordos semelhantes ao assinado no último dia 17 de maio com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o primeiro-ministro da Turquia, Tayyip Erdogan.

Ao enumerar suas restrições ao governo iraniano, Azeredo aponta, sobretudo, a falta de



Celso Amorim (E), Lula, Ahmadinejad e Erdogan, durante anúncio de acordo nuclear: ministro foi convidado por sugestão de João Tenório (foto menor)

democracia naquele país, o pouco respeito aos direitos humanos e a falta de cumprimento de acordos.

Troca

Conhecido como Declaração de Teerã, o acordo sobre a troca de urânio foi negociado pelos chanceleres do Brasil, da Turquia e do Irã. "Nunca pretendemos dizer que a Declaração de Teerã resolve todos os problemas. Mas, sim, que é uma medida de segurança", afirmou Celso Amorim,

ao voltar ao Brasil.

Logo depois de firmado, o acordo foi rejeitado pelos membros permanentes do Conselho de Segurança, que, liderados pelos Estados Unidos, anunciaram um consenso para aplicar nova rodada de sanções contra o Irã.

Isso porque, para os norte-americanos e a maior parte da comunidade internacional, persistem as suspeitas de que os iranianos continuam, de forma secreta, a desenvolver programa para fabricação de armas atô-



micas. Na visão de Washington, o acordo Brasil-Turquia-Irã foi apenas uma tentativa de Teerã de evitar as sanções.

Projeto permite deduzir despesa com aluguel residencial do IR

Milhões de brasileiros poderão ser beneficiados com proposta que prevê a dedução no Imposto de Renda (IR) das despesas com aluguel. Dois projetos com esse intuito tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e podem ser votados na reunião da quarta-feira.

As duas propostas são relatadas pelo senador César Borges (PR-BA), que, em voto, apresentou emenda limitando o abatimento ao valor máximo de R\$ 15 mil por ano, referente às despesas com um único imóvel, que deve ser ocupado pelo próprio contribuinte.

Atualmente, pela lei que dispõe sobre o Imposto de Renda Pessoa Física (Lei 9.250/95), despesas com aluguel não podem ser deduzidas nas declarações anuais obrigatórias.

Para chegar a esse valor de R\$ 15 mil, César Borges analisou

os dois projetos, que tramitam em conjunto, ambos acrescentando dispositivo ao artigo 8º da Lei 9.250/95, que especifica as deduções autorizadas ao IR.

O primeiro (PLS 316/07), da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), limita a dedução ao valor total de R\$ 10 mil por ano. O segundo (PLS 317/08), do ex-senador Expedito Júnior, autoriza deduções sem limite. César Borges aproveitou sugestões dos dois textos, mas recomenda a aprovação do de Lúcia Vânia e a rejeição do outro.

Ao explicar sua emenda – limitando a dedução a R\$ 15 mil, desde que seja de um único imóvel residencial ocupado pelo próprio contribuinte –, César Borges lembrou que é preciso ter cuidado para que a medida não beneficie principalmente os declarantes de mais alta renda, que poderiam deduzir aluguéis



Lúcia Vânia é autora de um dos projetos em discussão na CCJ

altos e até casas de veraneio.

– Pode-se mencionar, ainda, as possibilidades de fraude que se descortinam – por exemplo, a de um contribuinte de alta renda assumir formalmente o contrato de aluguel de outras pessoas da família que declaram pelo formulário simplificado – acrescenta o relator.

O projeto será ainda analisado pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e Assuntos Econômicos (CAE), esta última em decisão terminativa.

Audiência vai analisar telefonia móvel e banda H

Atendendo a requerimento de Cícero Lucena (PSDB-PB) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realizará audiência na próxima quarta-feira para ouvir esclarecimentos sobre a proposta de licitação pública a ser realizada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para a exploração do serviço móvel pessoal e para o uso de radiofrequências na chamada banda H.

Participará da audiência Jarbas José Valente, membro do Conselho Diretor da Anatel. Os senadores solicitaram esclarecimentos quanto ao modelo definido pela agência para a escolha da prestadora dos serviços e os critérios adotados para a licitação.



Delcídio apresentou parecer contrário ao projeto na comissão

CCT decide na quarta sobre canal do governo federal na TV a cabo

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realizará reunião na próxima quarta-feira para decidir sobre a disponibilização obrigatória de um canal de TV a cabo, reservado ao Poder Executivo, na área de prestação de serviços das operadoras.

O projeto (PLC 29/05), de iniciativa da Presidência da República, já foi aprovado pela

Câmara e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado, mas recebeu parecer contrário de Delcídio Amaral (PT-MS), relator na CCT.

Segundo o projeto, o canal seria destinado à documentação e transmissão de atos e matérias de interesse do governo federal, sendo operado pela Empresa Brasil de Comunicação

(EBC), antiga Radiobrás.

Em seu parecer, Delcídio observou que a Lei da TV a Cabo (Lei 8.977/95) não prevê a obrigação de oferta de canais ao Poder Executivo. Também assinalou que, posteriormente, a Lei 11.652/08 prejudicou o PLC 29/05 ao instituir a oferta obrigatória de canais à emissora oficial do Poder Executivo em

todos os serviços de televisão por assinatura. O relator observou que essa lei ainda foi além e estabeleceu a reserva de dois canais, e não apenas um, a serem operados pelo governo federal, tornando essa oferta compulsória não apenas às operadoras de TV a cabo, mas também a todas as modalidades de televisão por assinatura (MMS, DTH e UHF).

J. Freitas



Segundo Serys Silhessarenko, reunião em Londres vai debater propostas de proteção dos ecossistemas marinhos, ameaçados por tragédias como a explosão de um poço de petróleo no Golfo do México

Evento, do qual também participará Cícero Lucena, discute a recuperação de áreas de pesca marinha, às vésperas do Dia Mundial dos Oceanos



Moninha dos E.U.A./Highman Jeffrey Williams

Serys participa de encontro ecológico em Londres

A SENADORA SERYS SILHESARENKO (PT-MT) anunciou, na sexta-feira, a sua participação no encontro Estratégia de Recuperação dos Ecossistemas Marinhos, no próximo final de semana, em Londres.

O evento é promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), e reúne a Globe International, organização mundial de parlamentares para um meio ambiente equilibrado, fundada em 1989. O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) também participará.

Na reunião, explicou Serys, serão discutidas proposições

legislativas e sugestões de ações em âmbito internacional para a recuperação das áreas de pesca marinha, e também políticas voltadas aos ecossistemas de recifes de coral e de águas rasas e fechadas. O Dia Mundial dos Oceanos é celebrado em 8 de junho.

A tragédia ocorrida no Golfo do México, em abril, com o vazamento de milhões de litros de óleo no mar, também será debatida. Ela salientou a importância de o mundo aprender a crescer de forma sustentável, explorando adequadamente e, o mais importante, protegendo seus ecossistemas.

– Espero que, dessa reunião, possam emergir boas ideias e

propostas para a recuperação das áreas de pesca e para a proteção dos ecossistemas marinhos brasileiros e de outras partes do mundo – disse a senadora.

Serys comemorou, ainda, a visita a Londres, no mesmo período, de uma delegação de empresários mato-grossenses, liderados pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para conhecer experiências inglesas em construções de forma integrada com baixo impacto ambiental.

Mulheres

No mesmo discurso, a senadora também lembrou a passagem do Dia Nacional de Redução da

Mortalidade Materna, na sexta-feira. A parlamentar elogiou a redução das mortes de mães no parto ao longo dos anos, mas alertou que o Brasil deve buscar alcançar os índices dos países desenvolvidos.

No Brasil, a taxa de mortalidade materna está em 55 mortes por 100 mil bebês nascidos. Ao longo de 30 anos, houve redução desse índice em 63%: em 1980, eram 149 mortes para 100 mil partos. Ao se comparar com os índices de outros países latinos, o Brasil estaria bem, mas ainda seria preciso avançar, segundo a senadora. No Canadá e Estados Unidos, são registradas menos de nove mortes por 100 mil

partos.

Serys elogiou o lançamento de um manual pelo Ministério da Saúde, em 2007, indicando que a redução da mortalidade materna estaria associada a uma melhoria na qualidade de atendimento pré-natal e do parto, assim como à implantação de programas de planejamento familiar na rede pública de saúde.

Segundo o ministério, as principais causas de morte materna são as doenças hipertensivas e as síndromes hemorrágicas, o que demonstra a necessidade de ampliação do atendimento preventivo às mulheres pelo sistema público de saúde, frisou a senadora.

Mozarildo afirma que Roraima se tornou rota do tráfico de drogas

Roraima se transformou em mais uma rota para a entrada de drogas no país, denunciou da tribuna Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao alertar que o estado vem sendo usado como via de transporte de cocaína da Bolívia e da Colômbia.

Segundo o senador, como os sistemas de vigilância e de proteção do espaço aéreo da Amazônia – Sivam e Sipam – estão sendo eficazes, os narcotraficantes estão trocando os pequenos aviões pelos barcos. “Eles estão usando os rios, pois, mesmo tendo mais trabalho, é muito mais difícil de serem fiscalizados”, assinalou.

Mozarildo registrou ainda o recebimento de denúncia, por telefone, sobre irregularidade em licitação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Roraima.

Destinada à contratação de voos para atendimentos nas reservas indígenas, a licitação desqualificou a empresa mais capacitada, e que ofereceu o menor preço, em favor de outra que teria oferecido proposta que supera em R\$ 1 milhão a de menor valor, disse ele.

O parlamentar informou que está reunindo mais dados para levar a denúncia ao Ministério Público e à Polícia Federal.

– Tentei, ontem, falar com o presidente da Funasa, mas ele estava se deslocando para o Rio Grande do Norte e não foi possível falar com ele. Eu ia pedir para que ele, no mínimo, mandasse sustar essa licitação até averiguar a veracidade ou não – salientou.

Mozarildo falou sobre o quadro finan-



Mozarildo diz também que vai pedir a apuração de suposta irregularidade em licitação da Funasa

ceiro e administrativo de Roraima na atualidade, o qual, no seu entendimento, estaria em situação crítica.

Segundo disse, quando o então governador Ottomar Pinto faleceu, em 2007, deixou dinheiro em caixa e um planejamento claro sobre como o estado deveria tocar seus destinos. No entanto, frisou, o sucessor já tomou empréstimos que representam dívidas de R\$ 200 milhões, valor que considera elevado para um estado pequeno, com pouca renda e um número grande de desempregados.

Mozarildo afirmou que o grau de insatisfação com o governo estadual pode ser medido pelas greves frequentes do funcionalismo. Ele disse ter recebido comunicado do Sindicato dos Policiais Cíveis de Roraima de que a categoria entraria em greve hoje.

Conforme o senador, os policiais reivindicam a realização de concurso para contratação de agentes penitenciários, pois hoje estão sem nenhuma condição de atender aos presidiários e suas famílias nas visitas.

J. Freitas

Adelmir quer saída para a poluição sonora no DF

Adelmir Santana (DEM-DF) disse, em discurso na sexta-feira, que há grupos de baderneiros em Brasília provocando poluição sonora e comprometendo a paz dos moradores da capital, principalmente à noite. Ele acusou o Governo do Distrito Federal (GDF) de não ter capacidade para enfrentar o problema. Adelmir responsabilizou o descompasso entre a polícia militar, o GDF e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram) pelo agravamento do problema.

O senador citou o episódio que envolveu um militar da Aeronáutica, morador da Super Quadra Sul 214, no Plano Piloto, agredido brutalmente por um grupo que bebia e gritava em um bar improvisado no posto de gasolina da quadra. O militar chegou a telefonar para o 190 – serviço de atendimento de urgência da polícia militar – pedindo providências, mas foi mal atendido e informado de que não havia patrulha disponível. Quando ele próprio desceu do apartamento e se dirigiu ao grupo, foi agredido e atirado praticamente inconsciente na porta de seu prédio, cujas câmeras de segurança registraram a violência.

Ao citar o Ibram como um dos órgãos incapazes de cumprir com suas atribuições, Adelmir Santana informou que o instituto recebeu durante o ano passado 1.314 denúncias relacionadas à poluição sonora, principalmente durante a noite.

J. Freitas



Senador lembrou que morador foi pedir silêncio e acabou espancado por baderneiros

O senador informou que o presidente do órgão, Gustavo Souto Maior, tem dito em entrevistas que dispõe apenas de equipamentos ultrapassados e conta somente com três fiscais para todo o Distrito Federal.

– O problema é a inexistência de fiscalização e o jogo de empurra-empurra gerencial, que gera uma indefinição de obrigações e burocratiza cada vez mais, dificultando a solução dos problemas – disse Adelmir.

Como o senador exemplificou, quando recebem telefonemas de denúncia, os plantonistas do serviço 190 orientam os cidadãos a procurar “a delegacia mais próxima ou um posto policial”.

Adelmir Santana também culpou a falta de educação de setores da sociedade de Brasília, que não respeitam o próximo, abusam do consumo de álcool e drogas, perturbam a ordem pública, principalmente à noite, e têm um comportamento que vai de encontro às normas mais básicas de convívio social.